

## DOSSIÊ: Gênero, Poderes e Resistências em contextos amazônicos

As sociedades contemporâneas são tributárias de muitas práticas conquistadas direta ou indiretamente por movimentos feministas. O mundo hoje não seria o mesmo sem o voto das mulheres, sem seu trabalho reconhecido, sem sua cidadania social, seu livre arbítrio e leis antiviolação e discriminação. Tudo isso teve enormes reflexos na educação das novas gerações na direção da liberdade e do respeito humano. Foram passos decisivos na construção dos Estados Democráticos de Direito. Os conceitos de desenvolvimento e de justiça hoje incorporam a dimensão de gênero e se buscam aprimorar indicadores para medir as desigualdades que afetam as mulheres e captar a interseccionalidade nos diferentes domínios da vida social. Sabe-se, no entanto, que muitos Estados nacionais não se empenham na produção e difusão de tais indicadores. Mas, é inegável que o progresso teórico e metodológico da pesquisa embasada pelas teorias de gênero e feminista tem ajudado a melhorar os instrumentos analíticos da sociedade. Um exemplo notável é dado pelos censos demográficos de diferentes países, mais sensíveis para apreender como as mulheres e os homens vivem, trabalham e participam da vida social e política, em suas diferenças e desigualdades.

Não obstante os avanços, processos de desigualdades seguem firmes, com especificidades regionais que merecem atenção. Na representação política e de governo, as mulheres estão em grande desvantagem, o que tem uma série de implicações. Por outro lado, o feminismo permanece em grande parte desconhecido e, assim sendo, alvo de incompreensão, críticas e ataques infundados, a exemplo do argumento que faz dele o outro lado do machismo, isto é, um projeto análogo de hierarquia, apenas uma troca de sinais na dominação de gênero. Sabemos que é justamente o contrário, pois o potencial da teoria crítica feminista é de renovar a cultura, as práticas sociais e a economia, sempre no sentido da inclusão social e da justiça. Estudos feministas procuram elevar o cuidado à condição de categoria econômica central na organização das sociedades, juntamente com trabalho e renda, produção, mercado e desenvolvimento.

Embora os diversos feminismos tenham contribuído na conquista de direitos e reconhecimento social, político e econômico das mulheres, desde a segunda metade do século XX, estas análises permanecem pouco enraizadas na prática de instituições públicas e privadas, assim como de movimentos sociais pertinentes. E, portanto, são pouco eficazes na promoção da equidade de gênero. A lacuna é maior no que diz respeito à inserção regional, isto é, o contexto latino-americano pós-colonial, que suscita questões e desafios próprios.

Na atual ressurgência de forças contrárias às conquistas dos direitos das mulheres e minorias, essas questões se tornam mais prementes. Vivemos mudanças econômicas que transformam profundamente o mundo do trabalho sem que compreendamos ainda com toda clareza como se imbricam trabalho e vida pessoal e familiar, os cuidados com as famílias e as comunidades e as políticas públicas e privadas de gestão social e empresarial. Por pressões de mercado, removem-se certas proteções sociais herdadas dos Estados de Bem-Estar Social, de seus sistemas de seguridade social, justamente quando os empregos se tornam mais instáveis e os postos de trabalho atravessam fronteiras nacionais. Ademais, trabalhadoras e trabalhadores precisam dedicar mais tempo para se manterem empregáveis, auto empreendedores e, portanto, dotados de competências diversificadas.

Deste modo, antes mesmo que se reconheça a paridade de valor entre todas as atividades necessárias à vida, dentro e fora da esfera mercantil, retoma-se a ênfase na superioridade

do mercado como fonte do bem-estar e a profissão ou o emprego como bases onde ancorar identidade social e autoestima. O mesmo individualismo exacerbado que ataca as proteções sociais cobra de cada um e cada uma a capacidade de buscar a sobrevivência no mercado. Nesse contexto, toda desigualdade de gênero, ainda mais se somada a outros eixos de desigualdades salientes na América Latina, amplia as desvantagens para as mulheres. Sobre elas recai o fardo maior de cuidar das famílias e das comunidades, muitas vezes em situação de aguda precariedade.

Diante desse panorama, foi proposto e realizado o Curso de Especialização “Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina”, ofertado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero, da Faculdade de Ciências Sociais e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará (GEPEM/FACS/IFCH/UFPA). Seu público-alvo foi de graduados em Ciências Sociais e áreas afins, como Direito, Literatura, Artes, Comunicação, Psicologia, História e Serviço Social. Mais de 200 pessoas se inscreveram ao processo seletivo, o que indica o grande interesse nessas temáticas. Foram selecionados 58 candidatos, acima do previsto originalmente, por causa dessa demanda tão expressiva. Todavia, devido às prorrogações durante o período pandêmico, a limitações de acesso à internet para aulas online por residentes em áreas interioranas, além de casos de adoecimento de estudantes, ocorreram desistências. Assim, o Curso formou 27 especialistas. As atividades se desenvolveram ao longo de 2021 e 2022, totalizando 390 horas distribuídas entre aulas, atividades práticas, participação em seminários e elaboração de monografia. O presente Dossiê é resultado das monografias finais dos discentes desse Curso.

Como se verá na leitura dos artigos aqui apresentados, a proposta do curso orientou o olhar para a historicidade da diversidade sociocultural de povos distintos. Isso importa para que se compreenda como a economia mundial se conecta com essa diversidade, seja sufocando-a ou aproveitando elementos como a biodiversidade e os saberes locais. Em termos de conteúdo, foram abordadas quatro temáticas de grande relevo na região: poder e violência; desenvolvimento; ruralidades; políticas públicas.

Os 24 (vinte e quatro) artigos neste Dossiê foram selecionados, analisados e agrupados nas seguintes seções temáticas: “Cultura e resistência na construção da equidade de gênero” (Seção A), “Violência de gênero em diferentes dimensões” (Seção B), “Trabalho feminino, cuidados e direitos” (Seção C), “Políticas públicas, saúde, direito e legislação” (Seção D) e “Participação e representação política de mulheres” (Seção E).

Os textos conseguem abordar, nos seus variados temas, a situação das mulheres (e de gênero) no passado e no presente, inseridas dentro de um contexto político, social, educacional, na busca por direitos e na resistência por meio da propagação (e reflexão) da cultura e da literatura. Os textos também apontam para um novo leque de assuntos/temas a serem abordados por pesquisadoras/es daqui em diante, ao se observar, com mais intensidade, questões como as das mulheres idosas ou das mulheres advindas de povos originários. Insere-se um espaço para uma discussão acerca do feminismo decolonial e do ecofeminismo.

Nesses termos, é com alegria que o GEPEM traz a seus leitores o presente Dossiê. Temos a certeza de que os assuntos e abordagens trazem luzes para o conhecimento de múltiplas dimensões das relações de gênero em contextos diversificados. Também, sobre formas de



resistir às exclusões, no plano do trabalho, das políticas públicas, da vida cotidiana e da cultura.  
Boa leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), dezembro de 2023.

**Maria Luzia Miranda Álvares**

*Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPA.  
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e  
Relações de Gênero-GPEM*

**Maria Cristina Alves Maneschy**

*Doutora em Sociologia (Université Toulouse Le Mirail, França (1993) Docente do PPGSA/UFPA*

**Ana Carolina Álvares Branco**

*Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.  
Graduada em Design de Produto/IESAM.*